

**ATA DA 5.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA (ÚNICA REUNIÃO) DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES, REALIZADA NO DIA  
VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE**

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Amares e no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, realizou a Assembleia Municipal de Amares a **Quinta Sessão Ordinária** do corrente ano, única reunião, a que presidiu o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa - **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, coadjuvado pela Primeira Secretária - **Maria Gracinda Viegas Ferreira Louro Faustino** e pela Segunda Secretária - **Sofia Amélia Araújo Pinto**, e em que participaram os excelentíssimos membros: **Grupo Municipal do Partido Socialista (PS)** – Francisco António Pereira Alves, Sofia Raquel Fernandes de Sousa, João Batista Veloso, Mário Mendes, Paula Filomena Ferreira da Silva, João Luís Pereira Teixeira, Valéria da Silva, João Carlos Taveira Ribeiro e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: de Dornelas – António de Araújo Paredes, de Bouro (Santa Maria) - Elisabete Barbosa da Cunha e da União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros – Paulo Jorge Almeida Gomes; **Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro (AP)**- José Lopes Gonçalves Barbosa , João Luís Veloso Alves Esteves, António Jorge Ferreira Pinto, Manuel Moreira Bastos, José Maria Fernandes da Silva e pelos srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos – José Manuel Fernandes de Almeida, de Fiscal - Augusto Fernandes Rodrigues Macedo, Goães - Adelino José Peixoto de Sousa, Lago – Delfim Manuel Silva Rodrigues, Rendufe – Domingos de Almeida Alves e União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas – Rui Manuel Maia Tomada; **Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD)**- Elisabete Maria Martins de Macedo, Maria de Fátima da Costa Teixeira (em regime de substituição) e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Amares e Figueiredo – Alberto Martinho Antunes, de Bouro (Santa Marta) - Carlos Manuel Vilela Pereira Portela e de Carrazedo – Paulo Jorge Barros Matos (Representante Legal – Tesoureiro); **Grupo Municipal do CDS-PP (CDS-PP)**: Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro e o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barreiros – Silvério de Jesus Barroso da Silva; **Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU)**: Amândio Jorge da Cunha Antunes; **Presidentes de Juntas de Freguesia – Mandatos Independentes (I)**: da Freguesia de Bico - Fernando Daniel Fernandes Soares, Freguesia de Caires - Pedro António Rodrigues da Silva e da União das Freguesias de Torre e Portela – António Emanuel Afonso Ribeiro. -----

**AUSÊNCIAS: FALTAS JUSTIFICADAS**:- Foi comunicado verbalmente e submetido ao Plenário o pedido de justificação de falta do cidadão que encabeçou a lista para a Assembleia Municipal pela Coligação Juntos Por Amares (PPD/PSD.CDS-PP): **João Maria Gonçalves Pereira de Oliveira**, ao abrigo do n.º 3, do artigo 44.º, da Lei n.º169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 67/2007, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi-lhe, unanimemente, considerada justificada a respetiva falta. -----

----- **Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**- Procedeu-se, ao abrigo do n.º 3, do artigo 44.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à tomada de posse do cidadão eleito, **DELFIN MANUEL SILVA RODRIGUES**, sendo a primeira reunião do Órgão a que comparece. Assim, verificada a identidade e legitimidade e a conformidade formal da sua eleição no processo eleitoral, prestou a fórmula de juramento o eleito Presidente da Junta de Freguesia de Lago – **Delfim Manuel Silva Rodrigues**, portador do Cartão de Cidadão número oito milhões quatrocentos e trinta e oito mil seis, três e oito, emitido pela República Portuguesa, válido até onze de setembro de dois mil e dezoito, residente na Rua Senhor da Saúde, número cento e oitenta e três, Freguesia de Lago, do Concelho de Amares, tendo sido redigida e assinada ata avulsa da respetiva tomada de posse. -----

O sr. presidente da Mesa da Assembleia, comunicou a substituição feita, nos termos do disposto no artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro, 67/2007, de 31 de dezembro, Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo sr. Deputado **Martinho Gonçalves Antunes Braga**, eleito pela Coligação PPD/PSD e CDS/PP, que fundamentadamente, por escrito, se fez substituir, durante o dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, por **Maria de Fátima da Costa Teixeira**, cidadã eleita imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista e que, para o efeito, fora devidamente convocada. Tendo-lhe sido verificada a sua identidade e legitimidade, passou a mesma a participar. Seguidamente, comunicou que o sr. presidente da Junta de Freguesia de Carracedo – **João Manuel Vieira Soares**, integrado no Grupo Municipal do PSD, comunicou, por escrito, nos termos do disposto na al. c), do artº 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a sua substituição, durante o dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, pelo representante legal por si designado: **Paulo Jorge Barros Matos** – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Carracedo, que se encontrava presente na sala. Tendo-lhe sido verificada a sua identidade e legitimidade, passou o mesmo a participar. -----

**PRESENCAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO:**- Estiveram presentes os excelentíssimos Presidente da Câmara Municipal senhor Manuel da Rocha Moreira, os senhores Vereadores: Isidro Gomes de Araújo, Jorge José Tinoco Ferreira, Sandro Miguel de Macedo Peixoto, Cidália Maria Alves de Abreu e Maria Filomena da Silva Araújo. **AUSÊNCIAS:** sra. Vereadora Sara Raquel Marques Ribeiro Leite do Vale, que se encontrava ausente por motivos de saúde.-----

Secretariaram a reunião o Técnico Superior - Rui Agostinho Gonçalves Veloso e a Coordenadora Técnica - Augusta Luísa Pinheiro Fernandes da Silva, que haviam sido designados para o efeito. --

A Ordem do Dia para esta sessão era a seguinte: -----

**PONTO 1 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL (ANEXO) E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – ANO DE 2014 (DELIBERAÇÃO DA C.M. de 25/11/2013);** -----

**PONTO 2** – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS; -----

**PONTO 3** – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL; -----

**PONTO 4** – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I) PARA O CONCELHO DE AMARES – ANO DE 2013 (DELIBERAÇÃO DA C.M. de 11/11/2013); -----

**PONTO 5** – ELEIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO (cfr. al. b), do n.º 1, e n.ºs 2 e 3 do artº 83.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); ---

**PONTO 6** – PROPOSTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (ARTº 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA “DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (DELIBERAÇÃO DA C.M. de 25/11/2013); -----

**PONTO 7** – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANAFRE; -----

**PONTO 8** – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE AMARES PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO CÁVADO II – GERÊS/CABREIRA (al. b), do n.º 1, do artº 31.º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, na redação dada pelo D.L. n.º 253/2012, de 27 de novembro); -----

**PONTO 9** – INDICAÇÃO DAS PESSOAS PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE AMARES (al. l), do n.º 2.º, da Portaria n.º 1226-CP/2000, de 30 de dezembro, conjugado com a al. l), do art.º 17.º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro); -----

**PONTO 10** – ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL CINEGÉTICO DE CONSERVAÇÃO E DA FAUNA MUNICIPAL; -----

**PONTO 11** – CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES. -----

Às vinte e uma horas e trinta minutos, verificando-se que estava reunido quórum e em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º do Regimento desta Assembleia, o senhor presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. -----

----- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:-** Considerando o recente falecimento

do ex-membro da Assembleia Municipal, sr- Abílio de Deus Machado, propôs um voto de pesar e que fosse guardado um minuto de silêncio e em pé. Ao momento juntaram-se todos os presentes na sala. Seguidamente, considerando o recente falecimento de Nelson Mandela e a vontade coletiva desta Assembleia Municipal em expressar publicamente um profundo sentimento de pesar, propôs um voto de pesar e que fosse guardado um minuto de silêncio e em pé. Ao momento juntaram-se todos os presentes na sala. -----

----- **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:-** O sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Amares, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**ANÁLISE À ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES** (al. c), do n.º 2, do artº 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO (AP):-** Em nome do Movimento Independente Amares Primeiro, desejou a todos Boas Festas e fazem votos que o novo ano traga a todos alguma esperança de progresso e de melhoria da qualidade de vida e nos liberte das políticas de austeridade que nos foram impostas. Iniciando hoje, na prática, o novo mandato nesta Assembleia Municipal para que foram eleitos, o seu grupo municipal desejava ao atual Executivo o maior sucesso na aplicação e desenvolvimento das políticas programadas. O seu sucesso será o sucesso do povo de Amares. A este respeito serão sempre parceiros na proposta de projetos, na defesa de políticas que promovam e desenvolvam o concelho de Amares e melhor sirvam os interesses superiores de todos os amarenses. Neste quadro, exercerão legitimamente uma oposição humilde, construtiva, rigorosa e atenta. Aprovarão todos os projetos e propostas que estejam neste espírito e declinarão as que se desviem dos pressupostos apontados. Pensam que é na diversidade que se encontra a solução. Não são donos da verdade mas querem construí-la em conjunto. Nunca se demitirão de exercer os direitos e deveres instituídos e conferidos, justificando, assim, a confiança e respeito que lhes deram muitos amarenses nas eleições de vinte e nove de setembro de dois mil e treze. O Grupo Independente Amares Primeiro reforça votos de maiores sucessos no exercício deste Mandato ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante equipa executiva, a todas as sras. Vereadoras e Vereadores, a todas as sras, e srs. Membros da Assembleia Municipal e a todos os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia. -----

----- **AMÂNDIO JORGE DA CUNHA ANTUNES (CDU):-** Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “Permitam-me antes do mais, cumprimentar todas e todos aqueles que participaram nestas eleições autárquicas do ano de 2013. Pessoas que dedicaram o seu tempo à prossecução do exercício democrático, o ato mais honroso e justo que resultou da revolução do 25 de Abril de 1974, que é a escolha das mulheres e dos homens que irão gerir os destinos desta nobilíssima autarquia. Em 25 de Abril de 1974 foi-nos permitido exprimir as nossas vontades, escrutinar os que se tornam eleitos, celebrar a diversidade e as opiniões distintas.

O 25 de Abril é o dia em que os democratas deste país alcançaram a tão almejada vitória sobre a ditadura fascista, derrubando 48 anos de cinzentismo e atraso civilizacional, quase cinco décadas de uma imensa sombra cultural e de valores, quase meio século de perseguições, de prisões, de tortura, numa caça incansável e infindável ao que era diferente, aos que desejavam fazer ouvir a sua voz, a todos aqueles que orientavam os seus dias, a sua clandestinidade, com o único intuito vital que era a libertação do povo português. Por meio das ações libertadoras das Forças Armadas Portuguesas, e da perseverança determinada de mulheres e homens – nomeadamente do Partido Comunista Português, motivados na erosão total das organizações fascistas -, chegou-se até aqui. É objetivo fundamental de todos nós a leal transmissão das matrizes fundadoras do 25 de Abril. É função determinante das eleitas e dos eleitos, neste caso pela autarquia de Amares, a prorrogação da mensagem aos mais novos, levando-os a acreditar que os políticos não são os vis e levianos sequestradores da Democracia, antes os seus profetores. Estamos aqui hoje reunidos para votar as grandes opções e orçamento, numa época em que percebemos que a soberania do país se encontra nas garras das instituições financeiras, nos bolsos de mercados predadores, sob a vigilância coerciva de bancos e agências de *rating*, torna-se imprescindível defender as ideias democráticas até ao limiar das nossas forças. Esforços que culminarão no afastamento, de vez e para sempre, dos soldados do capitalismo, das claques do neoliberalismo, carrascos que insistem na injuriosa tentativa da destruição da democracia, de um país, de um povo. Enquanto encontrarmos forças, não o permitiremos.” -----

----- **VITOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO (CDS-PP):**- Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “Permitam-me em nome do CDS-PP felicitar os eleitos para este mandato e desejar os maiores sucessos, nas suas opções, ao novo executivo municipal. Aproveito para, neste momento, proferir brevemente algumas reflexões para este início de mandato. Este ano iniciamos uma tendência de perda de população no concelho de Amares, que atinge proporções preocupantes em muitas das freguesias mais rurais deste concelho. Apelamos, por isso, que acolham e promovam, de forma sustentada, o desenvolvimento destas freguesias que são sistematicamente as mais esquecidas. Não podemos ficar tranquilos quando os sinais apontam para a saída dos mais jovens abandonando este concelho e as suas famílias. Amares como espaço urbanizado possui uma matriz rural mas não pode estar indiferente às sinergias que podemos obter pela contiguidade ao quinto maior município português e o segundo que mais cresceu na última década – Braga. Aguardamos que defina um plano de crescimento/desenvolvimento que nos permita afirmar Amares. Centralizar as opções estratégicas é a tentação que qualquer presidente de câmara. Esperamos que não centralize os poucos recursos disponíveis para se investir de forma discriminatória em torno de poucas freguesias, esquecendo as áreas mais periféricas, as mais desfavorecidas, as mais deprimidas mas que, ao mesmo tempo, são as que, acreditamos, possuem, nalguns casos, os melhores recursos para serem um motor do desenvolvimento local. Estamos certos das dificuldades no exercício deste mandato fruto da actual crise económica e dos constrangimentos financeiros da CM de Amares. Assim é nos 308 municípios portugueses. Contudo, estas condições não nos devem remeter a um exercício meramente de gestão. Estas condições adversas são, antes de mais,

sinónimos da necessidade de um enorme rigor nas opções estratégicas que tomarem. Sabemos que a margem financeira é muito curta e, por isso, não haverá margem para realizar bons e maus investimentos. Qualquer mau investimento/opção corresponderá à impossibilidade de realizar o que é essencial e prioritário. Neste período, o investimento terá de ser efetuado de forma cirúrgica em setores que potenciem o retorno (emprego, das receitas e do bem estar social). Relembro que houve um reforço das competências das freguesias. Para as executar é fundamental que os executivos estejam sensíveis e, para isso, reforcem as suas transferências. Apelo também, que para bem da estabilidade do executivo dêem sinais em prol do consenso, designadamente em matérias supramunicipais. O CDS-PP está ciente de todas estas dificuldades estando, por isso, disponível para colaborar mas também para criticar sempre que as opções se centrem em matérias secundárias ou em matérias que não são competência da autarquia. Esperamos que compreendam as críticas que viermos a produzir como sendo construtivas.” -----

----- **FRACISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES (PS)**:- Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “Em primeiro lugar, quero saudar todos aqueles que concorreram ao ato eleitoral do passado dia 29 de Setembro, prontificando-se a tudo fazer pelo povo que queriam servir e representar. Saúdo, também, todos aqueles que cessaram os seus mandatos e que, nos últimos quatro anos, acredito, deram o seu melhor ao Concelho de Amares e às Freguesias cuja população os elegeu e neles depositou toda a sua confiança. Toda a sua participação cívica e política merece o nosso respeito e a nossa grande admiração. Felicitámo-los por isso! Saúdo, como não podia deixar de ser, todos aqueles que renovaram, ou iniciaram novos mandatos e, agora, integram, de novo, esta Assembleia. Aquilo que os eleitores de Amares, que em nós confiaram, esperam de todos nós é, sem dúvida, a construção de um futuro melhor para todos eles e para o seu / nosso Concelho: um concelho renovado, moderno e voltado para o futuro. Não os podemos desiludir. Saúdo, particularmente, o povo de Amares por mais uma vez ter patenteado a sua maturidade política num processo eleitoral que, apesar da menor motivação devida aos contratemplos que atravessamos e nos penalizam, foi participado e esclarecedor. Nesta saudação, desejo envolver, todos os eleitores do Concelho de Amares: os que votaram e os que não votaram em nós. Aos primeiros agradecemos a confiança e a esperança que em nós depositaram. Aos segundos, declaramos-lhes o nosso profundo respeito pela escolha que, livremente, fizeram e afixamos que, a partir de agora, seremos, nesta Assembleia, representantes responsáveis de todos os Amarenses, os quais serão tratados de forma justa e igualitária. Meus Senhores e minhas Senhoras: Existe um objetivo fundamental que nos anima e motiva: - Amares e o bem-estar de todos os Amarenses que representamos. Temos motivos para celebrar a Cidadania como elevada forma de fazer política. O conceito de Cidadania emanou da transformação do povo submetido e subjugado, em cidadãos de pleno direito. Sabemos, porém, que a ação do cidadão não se esvazia no mero exercício do direito de escolher através do voto. Além dos direitos individuais, cívicos e políticos, todo o cidadão usufrui de um património de direitos: direitos sociais, económicos, culturais, gozando, ainda, dos direitos atuais em favor dos vindouros no que se refere à relação com o ambiente, à pacificação e ao desenvolvimento equilibrado e sustentável. O desafio lançado aos amarenses pelo Partido Socialista, aliado a diferentes sensibilidades políticas e a cidadãos que

se lhe juntaram de vontade livre e espontânea, teve a resposta que todos conhecemos: o povo de Amares decidiu confiar os seus destinos a uma equipa que, agora, os representa e a um projeto que, desejamos e esperamos, satisfaça as suas mais legítimas aspirações e expectativas. A afirmação decorrente do ato eleitoral realizado é, assim o desejamos, uma responsabilidade que os Amarenses, por sua vez, também deverão assumir, usando o dever de participação ativa na construção de um concelho mais atraente, mais desenvolvido, mais humano e mais solidário. Cada amarense, sem exceção, é chamado a contribuir com ideias e projetos; pode e deve contribuir com as mais variadas iniciativas de natureza económica, social, cultural ou outras; pode e deve contribuir com sugestões que melhorem a qualidade de vida da comunidade; pode e deve contribuir com reclamações, quando achar que o deve fazer e sentir que a razão está do seu lado. Neste contexto, renovamos o apelo a todos para que abracem esta causa comum da construção de um concelho dinâmico, renovado, agregador e consequente. A nossa existência atravessa e assenta numa herança de modernidade, responsabilidade, seriedade e liberdade que queremos legar aos cidadãos que representamos, aos nossos filhos e netos, ao futuro da nossa terra. É por tudo isto que abdicamos do aconchego da nossa vida familiar e nos dedicamos à causa pública; é por eles que resistimos à comodidade de adiar as decisões para outros e nos obrigamos a deliberar e assumir a responsabilidade das decisões tomadas; é por eles que nos obrigamos a contribuir, com todas as nossas forças, para um concelho melhor, mais moderno e socialmente mais equitativo. O nosso compromisso com os amarenses abrange iniciativas que serão, efetivamente levadas a cabo durante o mandato que iniciámos e assumimos. Somos ambiciosos, queremos mais e melhor para Amares. Queremos mesmo mais do que aquilo que nos comprometemos, queremos mais do que de nós esperam os amarenses, as famílias e as associações e instituições concelhias. Queremos implementar uma nova atitude no relacionamento dos amarenses com os seus representantes políticos. Estamos conscientes que surgirão contratemplos e problemas de resolução difícil, mas nada disto nos fará desanimar. Parafraseando *Winston Churchill* dizemos: *“As consequências da vitória são mais agradáveis do que as da derrota, mas não são menos difíceis”*. De uma forma, ou de outra, é uma responsabilidade com a qual todos arcamos, mas é, também, uma responsabilidade que nos alenta e nos dá força para correspondermos aos desideratos do povo. Este é o local que se afirma como um palco privilegiado para a corporização plena da democracia onde se discutem e decidem os principais assuntos do concelho de Amares. Por isso, este importante órgão representativo do município assume uma relevância a todos os títulos notável, no quotidiano de Amares e dos amarenses. A Assembleia Municipal tem de ser um espaço de debate de ideias e de tomada das decisões contributivas para o bem-estar das pessoas e para melhor servir os interesses do concelho. Não pode, nem deve ser um espaço de arbitrariedades, de protagonismos exasperados, no decorrer da argumentação e contra-argumentação próprias do exercício da atividade política. Será, assim, um local público onde o respeito pelos outros e pelas suas opiniões, onde a liberdade e a cidadania dominem, em todos os instantes, em todos os debates. Todos nós, sem exceção, quaisquer que sejam as nossas opções partidárias, devemos considerar-nos parceiros políticos ativos, de relevada monta e grande utilidade pública. É pela gestão da coisa

pública que todos nós cá estamos. Demos, por isso, todos o nosso melhor! Espera-se, de todos nós, o exercício de uma política de proximidade com os amarenses; o melhor dos relacionamentos com os representantes das Freguesias e Uniões de Freguesias deste concelho; o melhor dos relacionamentos, sem exceção, com todos os deputados municipais. De todos nós podem esperar a cultura da existência de um ambiente de liberdade, de democracia, de afirmação e defesa do exercício pleno da Cidadania, neste novo Ciclo Político do Concelho de Amares. Termino, desejando que todos os políticos, eleitos para o mandato recém-iniciado, alcancem os maiores sucessos em prol, unicamente, dos amarenses e do concelho de Amares.” -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO**

**(PSD):-** Referiu que estamos num período de renovação. “Os amarenses escolheram-nos e somos nós que aqui vamos dar corpo às políticas para os próximos anos.” Estão a renovar e com novos órgãos autárquicos eleitos, com uma nova realidade administrativa, com um novo Quadro Comunitário e com novas competências. Tudo é novo. Porém, o Concelho já não é muito novo. Deixou o desafio para que saibam estar ao nível do que as populações esperam e que “em nós confiaram”. Se repararem, na heráldica do Concelho encontram a laranja, o milho e o vinho, como símbolos e ligados à agricultura. Perguntou se serão estas as bandeiras que nos guiarão no século XXI? Talvez seja a altura e a hora de procurarem novos objetivos e novas bandeiras. Ganhou barbas brancas a ouvir falar do potencial do concelho de Amares, nomeadamente Monte de S. Pedro Fins, Abadia e o turismo. Aproximam-se o novo Quadro Comunitário, novas competências e nova gente. Daí pergunta: que poderíamos esperar dele? Que áreas pretendemos abordar? Julga que o concelho de Amares precisa de unir esforços para que possa marcar a sua posição e poder impor-se no contexto regional e evitar ser absorvido. “Não somos tão pequenos como muitas vezes nos julgamos”. Salientou que há cento e cinquenta Concelhos neste país com menos população do que a nossa. Amares está no meio da tabela, pois são somente trezentos e oito concelhos. Considera que a realização de um fórum debate, onde fossem auscultadas as forças vivas do Concelho e as suas populações, para além da realização de um estudo por uma entidade competente, fossem ideias a considerar. Lançou como tema para a discussão: a água. Esse bem fundamental tão precioso e que cada vez mais o será no futuro. Considera que “temos o privilégio do concelho de Amares ser banhado por dois excelentes rios e muitos ribeiros. Por que não fazermos da água a nossa bandeira? Arranjar as nossas frentes de rio, criar ligações do Cávado à Abadia, do Homem a Caldelas. Criar um Parque urbano que seja o pulmão verde entre Amares e Ferreiros, ligado ao Rio Cávado. Projetarmos um Concelho onde seja bom viver, aumentando a qualidade de vida de tal forma que atraia novos moradores e que signifique um crescimento harmonioso e sustentado.” Frisou que o futuro lança-nos desafios. Recordou que já lera este texto neste local e muita gente já o ouviu, mas pensa que ainda é hora de o reforçar e de lutarem por ele. “Não somos assim tão novos. Vamos fazer quinhentos anos”. A oito de Abril é a comemoração do FORAL. Estão a três meses. Como já havia dito aqui há dois anos e na sua perspetiva, estão atrasados para tratar este assunto da forma como deveria, pois julga que a comemoração dos quinhentos anos pode ser uma excelente oportunidade para envolver a comunidade, para nos afirmarmos e nos assumirmos como o Concelho que tem muitas



potencialidades. Todos têm que ter isto bem presente. “Nós temos potencialidades e temos que lutar e não ter medo dos Concelho que são maiores ou que são mais pequenos. Nós temos uma realidade de Amares e demos fazer por isso”. Acha que é urgente todos: Assembleia, Câmara, Juntas de Freguesia, Associações, População, envolverem-se em torno do projeto do FORAL. O projeto do FORAL não é Amares Freguesia, mas é Amares Concelho. Um Concelho que é completamente diferente do que há quinhentos anos recebeu o FORAL com a agregação do de Santa Marta. Esta também que ser uma comemoração de Santa Marta. Tem que ser uma comemoração também do Couto de Rendufe. Tem que ser de toda esta região de entre o Homem e o Cávado. Lança este desafio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, pois o FORAL tem que ser a nossa oportunidade de 2014 e unirem os esforços para que Amares se assuma se não quiserem ser engolidos como muitas vezes que por aí vão dizendo. “Temos que lutar.” O desafio está feito.

----- Foi pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia submetido à votação do Plenário o agendamento de um novo Ponto na Ordem do Dia, com fundamento na urgência da aplicabilidade da respetiva tabela de taxas já a partir de um de janeiro de dois mil e catorze, sendo: PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE AMARES E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (Deliberação da C. M. de 23-12-2013). Posto à votação e na forma de braço no ar, foi aprovado, por unanimidade, o seu agendamento na Ordem do Dia como: **PONTO DOZE – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE AMARES E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (Deliberação da C. M. de 23-12-2013).** -----

## ORDEM DO DIA

**PONTO UM:- PROPOSTA DE ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL (ANEXO) E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – ANO DE 2014 (DELIBERAÇÃO DA C.M. de 25/11/2013):-**

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Usando da prerrogativa Regimental abriu este ponto da Ordem do Dia em conformidade com o que dispõe a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente do estabelecido na al. a), do n.º1, do artº 25.º e al. c), do n.º 1, do artº 23.º. Sendo esta a primeira Sessão da Assembleia Municipal em que se apresenta como Presidente da Câmara Municipal, eleito nas recentes eleições autárquicas dia 29 de setembro de 2014 e tendo tomado posse no passado dia 19 de outubro, coube-lhe a si e ao Executivo Municipal que o acompanha, definir as linhas mestras das políticas municipais e orçamental para 2014. Porém e desde logo, estava condicionado pelo facto de três quartos da gestão municipal serem da responsabilidade do Executivo anterior. Apesar de todas as condicionantes e constrangimentos que circundaram a elaboração dos documentos previsionais, este Executivo tudo fez para apresentar um Orçamento rigoroso, transparente e equilibrado. Tendo como grandes objetivos a redução da dívida municipal e o controlo da despesa. Não obstante os objetivos orçamentais tratados, que acabava de referir e sem esquecer as dificuldades financeiras que neste momento o país e o executivo atravessam, não deixam de ter em mente os objetivos estratégicos que temos

para o Concelho, que, de resto, se encontraram plasmados no programa eleitoral apresentado aos amarenses e largamente sufragado nas últimas eleições autárquicas. No que especificamente diz respeito às condicionantes concretas em relação ao orçamento municipal para 2014, convém referir, desde logo, o corte de 2,9% na transferência do Orçamento Geral do Estado, que assim condiciona fortemente a rubrica das receitas municipais. Além desse corte, há ainda que contar com a penalização derivada do incumprimento da obrigação de redução do pessoal que deveria ter sido feita na ordem dos 2%. Além dos cortes já previstos e que referi, foi hoje mesmo negativamente surpreendido por mais um potencial corte no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) em cerca de 10%, devido ao incumprimento do limite de endividamento líquido municipal relativo ao ano de 2012. Em termos reais e percentagem indicada, poderá significar um corte nas transferências de cerca de oitocentos e trinta mil euros. No entanto, tudo fará no que estiver ao seu alcance para evitar que esta última ameaça se concretize. Apesar de todas as limitações já apresentadas, têm a consciência que o Orçamento Municipal e as Opções do Plano para 2014, continuam a ser um instrumento importante ao serviço das políticas sociais e do desenvolvimento cultural, económico e turístico do Concelho. Por isso mesmo, este documento estruturante procura consubstanciar uma estratégia de desenvolvimento para Amares, que será alavancada com recursos financeiros disponíveis, sendo certo que todas as despesas serão criteriosamente fundamentadas. Quanto à situação financeira do Município e de acordo com os dados que lhe foram fornecidos pela Divisão Económico-Financeira a mesma pode ser resumida nos seguintes termos: em dezoito de outubro de dois mil e treze, ou seja, aquando da tomada de posse deste Executivo, o débito a fornecedores era em número redondos de um milhão e oitocentos mil euros. Tendo crescido desde janeiro cerca de duzentos e sessenta mil euros. Em *factoring*, *leasings* e *ratings* os compromissos eram de trezentos e cinquenta e seis mil euros. Tendo esta rubrica crescido em relação ao início do ano cinquenta mil euros. Somando estas duas rubricas, já vamos em dois milhões cento e cinquenta e seis mil euros. O que significa que desde janeiro aquelas duas rubricas agravaram a dívida em trezentos e dez mil euros. Se a tudo isto somarem a dívida bancária de sete milhões seiscentos mil euros e a conta caucionada que se eternizava nas contas do Município no valor de quatrocentos e noventa e cinco mil euros, estamos com um total de dívida de dez milhões e trezentos mil euros. Valor aqui arredondado por defeito. E comparado com o Orçamento que apresentam para 2014, no valor de doze milhões e setecentos mil euros, permite ter a noção da delicadeza da situação financeira municipal. O que acaba de referir quanto ao endividamento municipal é já de si meritório da maior atenção, mas também não pode esquecer a referência aos encargos futuros já assumidos e que correspondem ao comprometimento de recursos de gerações futuras. Pois do mesmo passo a referir de forma sintética os encargos futuros de maior relevo já assumidos pela Autarquia. As verbas comprometidas em 2014 são de cento e sessenta e cinco mil euros, mais a dívida à Escola Amar Terra Verde de cento e dez mil e setecentos euros, o que totaliza duzentos e setenta e cinco mil euros e setecentos. Até dois 2017 as verbas já comprometidas somam quinhentos e vinte e cinco mil euros. Estranhamente, os compromissos assumidos para além de 2017 somam neste momento perto de um milhão de euros, montante que certamente não deixará de condicionar o

desenvolvimento futuro do Concelho. No que respeita aos fundos disponíveis reportados à tomada de posse deste Executivo a situação é igualmente delicada, uma vez que os mesmos eram negativos em aproximadamente um milhão e meio de euros. Situação que nos impôs de imediato constrangimentos à gestão financeira corrente do Município. Mas nesta matéria, como noutras, garantiu que seguirá o caminho do rigor, da transparência e da disciplina orçamental, tendo em vista uma vez mais o controlo da despesa municipal. É esse um dos seus grandes propósitos. Ainda assim e mesmo tendo presente este quadro, o Executivo Municipal tudo fará para inverter a situação com determinação, prudência e coragem, procurando desta forma controlar a despesa corrente e combater o desperdício dos recursos públicos e a ineficiência. Vão precisar de todos nesta tarefa, dos srs. vereadores, dos membros da Assembleia Municipal, dos trabalhadores do Município, dos srs. presidentes de Juntas de Freguesia, das Associações e de todos os Amarenses. Haverá uma orientação muito clara e definida no que diz respeito à gestão do Município, atuando sobre a despesa corrente diminuindo-a para desse modo permitir financiamento do investimento municipal. O rigor financeiro será a regra, sem que isso signifique o comprometimento dos apoios na área social. A Educação e a Ação Social serão prioridades na ação concreta e do investimento a realizar. As dificuldades das famílias e o desemprego serão preocupações que constituirão outras tantas prioridades da ação política deste Executivo. Sobre o montante a transferir para as Freguesias deixou uma explicação que é devida, pois se o não fizesse não ficaria bem com a sua consciência. Haverá um corte a que não se poderão furtar e que é uma consequência inevitável da situação financeira da autarquia e da diminuição das transferências da Administração Central. Apesar do corte de 5%, o que representa na totalidade de cerca de trinta e dois mil euros, esperam a compreensão dos srs. presidentes de Juntas de Freguesia para colaboração que todos têm de dar para ultrapassarem no futuro esta situação financeira. E sem procurar desculpas para a diminuição das transferências para as Freguesias até porque as razões de hoje são fundadas numa lógica de reequilíbrio das finanças municipais. É contudo, obrigado a recordar que já desde 2009 se vinha verificando cortes, cujo acumulado até 2013 se situou nos 15%. Assumi, contudo, aqui um compromisso solene e não a promessa sobre descidas dos 5% nas transferências para as Juntas de Freguesia. Procuraremos corrigir positivamente no futuro este valor em função da conjuntura económico-financeira do controlo e da estabilização da dívida e dos ganhos e a poupança na gestão corrente do Município. Já que falava das Freguesias, referiu-se às vistas de relance já efetuadas a convite dos srs. Presidente de Juntas de Freguesia, que têm tido o mérito de lhe darem a conhecer as reais necessidades das mesmas e a procurar em conjunto as soluções mais adequadas para os problemas identificados. Até ao momento, fez uma reunião geral com os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e fez visitas de trabalho a vinte Freguesias, incluindo neste número as freguesias agrupadas. Fez catorze reuniões individualizadas. Pode-se ver, por este pequeno balanço de dois meses, que está no terreno e vai continuar. Está aqui para trabalhar e serão bem-vindos todos aqueles que manifestem a mesma vontade. Tem a certeza que nisso será acompanhado pelos srs. Presidentes de Juntas de Freguesia, cuja ação de proximidade junto dos amarenses é fundamental para levar à prática as políticas municipais e para cumprirem também com as suas atribuições aliás

legalmente estabelecidas e agora mais alargadas com a publicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. “Estou aqui para trabalhar. Contem comigo, da mesma forma que espero contar convosco. Apesar da crise económica, está convicto da necessidade da prudência na definição dos investimentos a realizar. Mas está também consciente que os bons investimentos devem ser feitos justamente nessas alturas, exigindo determinação e um sentido calculado de risco. Nesse sentido, consideram que todo o investimento passível de ser realizado com recurso a fundos próprios e aos que irão obter no próximo Quadro Comunitário de Apoio. É no sentido de prosseguir o desenvolvimento do nosso tecido económico, sendo que o investimento previsto na Educação, na Ação Social, na Habitação e no Desporto é particularmente decisivo no impacte determinante na coesão social do Município. Finalmente, uma palavra de estímulo e de incentivo de apelo à cooperação institucional entre a Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal. No respeito mútuo pelas competências próprias de cada órgão e de cuja cooperação espera os melhores resultados para Amares e os Amarenses. “Estou seguro de que assim será. Também aqui podem contar comigo e com o Executivo que lidero. Sempre com lealdade democrática de transparência de princípios e de atos.” -----

----- **JOÃO LUÍS VELOSO ALVES ESTEVES (AP)**:- Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “O Plano de Atividades para o ano de 2014, contrariamente à expectativa criada pelos eleitores face à mudança na gestão municipal que decorreu das Autárquicas 2013, indicia total ausência de criatividade e/ou inovação. Na verdade, sem estratégia definida (o que se não compreende, pois dois atuais membros residentes do Órgão executivo faziam parte do anterior e sempre se assumiram como alternativa na governação da Câmara Municipal), o atual “Governo Local” limita-se, em todas as áreas de intervenção municipal, a dar ênfase à continuidade: Será porque aceita como valiosas as iniciativas desencadeadas pelo anterior Órgão Executivo ou porque realmente, mesmo mantendo, como convirá, um “tom barulhento” em torno da situação financeira, não tem ideias, não tem visão ou até orientação para o concelho de Amares? Nos documentos em apreciação não se observa senão um 2choradinho de razões” que nada mais justificam do que a inércia de quem os subscreve. Vamos ficar atentos. Ficaremos atentos, não só em momentos como este, às agora insinuações de investimento, assim como às projeções ínsitas no discurso de tomada de posse do atual Presidente da Câmara. Em ternos orçamentais, dir-se-á somente que lamentamos a incauta decisão de criação de um gabinete de Apoio para o Sr. Presidente, uma generosa atitude que potencia investimento, para nós não mais do que um gesto de submissão partidária que onera o erário municipal. Quanto aos demais números, dizemos tão só que sustentam a atividade corrente e a opção de um Presidente obstinado que quer pagar com o orçamento municipal aquilo que compete ao Poder Central. Vincamos ainda a nossa posição de repúdio e voto contra à redução das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia. Concluímos corroborando de que o presente documento tem o seu enfoque, e citamos, “*na continuidade de todos os serviços, programas e projetos que têm vindo a ser desenvolvidos.*” Terminamos lançando um desafio ao Sr. Presidente da Câmara: - Em benefício do Concelho de Amares e da sua população, faça tudo para que a

gestão municipal não seja comparável entre os que por cá passaram e fizeram obra e os que cá estão e só fazem propaganda.” -----

----- **VITOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO (CDS-PP):**- Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “Compreendemos que a janela temporal para a preparação e elaboração deste PPI foi curto e, porventura, complexo. Entendemos por isso as debilidades deste PPI, designadamente quanto à ausência de investimento nas áreas e sectores que promovam o desenvolvimento de Amares de uma forma estruturada a médio/longo prazo. Verificamos que o executivo considerou prioritário um conjunto de investimentos, como a criação do grupo de apoio. Contudo, preocupa-nos, e aqui sou mais crítico, quando consideram esta opção como prioritária e, no entanto, tenham necessidade de cortar nas transferências para as juntas de freguesia. O CDS teria outras prioridades. No preâmbulo referi que não existirá margem para investir em matérias prioritárias quando se esgotarem os recursos em matérias consideradas secundárias para o desenvolvimento deste concelho. Agrada-nos, no entanto, a atenção que me parece ter dado às iniciativas das juntas de freguesia. Espero que este elogio não seja em vão e, por isso, estaremos atentos relativamente ao cumprimento fiel desses compromissos. Assim sendo, reconhecendo as dificuldades inerentes à elaboração do seu primeiro Plano de actividades e orçamento, que embora diferente daquelas que seriam as nossas prioridades, merece por parte do grupo municipal do CDS/PP, a nossa solidariedade.” -----

----- **ELISABETE MARIA MARTINS DE MACEDO (PSD):**- Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “O PSD tem respeito pelo trabalho feito no orçamento. É um trabalho do Presidente e da Câmara, não é um trabalho nosso. Salientamos que sendo este orçamento o primeiro deste executivo damos-lhe o benefício da dúvida, contudo queremos deixar claro, que este não é o nosso orçamento e por isso a nossa posição será de abstenção. Esta posição por nós tomada não é uma recusa mas uma atitude de quem nele não participou. Quanto à análise de algumas questões em particular a cerca do orçamento destacamos que: - É um documento de natureza mais técnica sem constituir grandes opções políticas em termos de investimento; - Chamar a atenção para o facto de a dotação para a Juntas de Freguesias nos últimos 3 anos ter sido reduzida em 14,6%, ou seja, cerca de 15%. E neste orçamento a dotação para as Juntas de Freguesia no orçamento é novamente reduzida em 5%. Queremos lembrar que as JF são estruturas de proximidade e desenvolvem um trabalho de excelência merecendo por isso um maior apoio; - Sobre a opção do Sr. Presidente de Câmara em constituir um Gabinete de Apoio à Presidência realçamos que constitui um encargo mensal na ordem dos 10.000€, situação que esperamos ver rentabilizada, caso contrário será mais uma despesa num município que se encontra com dificuldades financeiras, situação aliás referida pelo próprio Sr. Presidente da Câmara. Atendendo ao descrito, e conforme indicado inicialmente, a nossa posição de Voto é a Abstenção, todavia, aconselhamos os Srs. Presidentes de Junta a votar favoravelmente com a expectativa de realização de muitas obras.” -----

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES (PS):**- Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “Estamos aqui hoje para apreciar, discutir e votar a proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2014 do Município de Amares, num dos momentos mais

difíceis para as famílias portuguesas, e para as amarenses em particular, num momento de grande tensão social, de pobreza cada vez mais generalizada, num dos momentos mais críticos e dolorosos para todos – sejam famílias, sejam empresas. Ora é neste quadro que o Município de Amares, liderado pelo Partido Socialista, vencedor das últimas eleições autárquicas de 29 de Setembro, se confronta com duas realidades bem amargas: por um lado, a situação mais geral do país e, por outro, a situação calamitosa das finanças municipais a que nos conduziram a Presidência da Câmara cessante e o movimento “Amares Primeiro”. Relativamente ao Orçamento de 2014, este é ainda um orçamento fortemente condicionado pelas opções da política seguida pela gestão anterior, ou seja, nos próximos anos continuaremos a pagar os compromissos assumidos pelo anterior executivo, comprometendo os futuros orçamentos e transferindo para as gerações vindouras os encargos da gestão cessante. Ora, é contra este estado de coisas que o Partido Socialista apresenta um documento que, embora condicionado pela má governação anterior, procura minimizar a angústia de muitas famílias, vítimas da desgovernação nacional e local, e dê alguma esperança aos amarenses. Este não é o Orçamento e as Opções do Plano que gostaríamos de apresentar. Não fosse a herança do endividamento e os cortes que iremos sofrer da Administração Central devido a esse facto e estaríamos em condições de poder começar a cumprir com o compromisso eleitoral com que o Partido Socialista se apresentou ao eleitorado. Face a esta condicionante e também aos cortes contemplados no Orçamento de Estado para 2014, o Município de Amares vai ser penalizado de forma gravosa para os seus interesses. Temos um Orçamento de 12.726.294,00 Euros, com uma fatia de cerca de 4.620.760 euros destinadas a Despesas de Capital, ou seja 36% do orçamento total. O investimento que prevemos realizar, em nosso entender, é muito importante neste momento de grave crise, para defender as empresas e o emprego e animar, se é que tal ainda é possível, animar, dizia, a própria economia local. O Orçamento e o Plano de Investimentos para 2013 reflectem, naquilo que é possível no âmbito de um quadro de restrição financeira, a possibilidade de concretização, nas medidas e acções previstas, de um conjunto de objectivos claramente definidos e que o Executivo camarário se propõe realizar. A Receita e a Despesa totais, previstas para o ano de 2014, ascendem a 12.726.294,00 euros, em que ressalta a existência de um “*superavit*” corrente, ou seja, a Poupança Corrente situa-se nos 2 milhões e 65 mil euros, um valor que é ainda relativamente baixo para o nível de poupança que nos propomos realizar. Estamos num patamar em que a Poupança Corrente representa apenas 16% do total do orçamento, mas face ao quadro de desenvolvimento futuro das finanças locais será necessário incrementar este rácio. Apesar da conjuntura desfavorável e dos erros do passado, conseguiu-se mesmo assim projectar um *superavit* corrente que corresponde a cerca de 45% das Despesas de Capital e que acabará por ser aplicado em despesas de investimento. É no actual contexto um facto que releva a nossa intenção de inverter a situação despesista vivida até aqui. Em termos percentuais, refira-se que a estrutura das receitas se reparte entre 80% de Receitas Correntes e 20% de Receitas de Capital, enquanto que no que diz respeito à Despesa, a mesma se reparte entre 64% de Despesas Correntes e 36% de Despesas de Capital. No que diz respeito às transferências de capital, cujos principais beneficiários são as freguesias, as mesmas ascenderão a 602.566,00 Euros, um valor

que bem gostaríamos de ver reforçado e não diminuído, tal é o contributo que dão para o desenvolvimento económico e social do município e para a sua coesão territorial. Finalmente, no que se refere ao Plano Plurianual de Investimentos, releve-se que a execução prevista para 2014 será de cerca de 3 milhões e 474 mil euros, o que representa um decréscimo de cerca de 40.000 euros relativamente a 2013, ou seja, um decréscimo de 1,1%. Por outro lado, realce-se a importância que nele assume o investimento nas funções sociais e que representa 39% do total do PPI, num montante de 1 milhão e 370 mil euros. Por outro lado, verifica-se que 26% do valor do PPI é destinado às Transferências entre Administrações, atingindo um valor de 888.276 Euros. Elencadas as áreas que maiores recursos absorvem o Plano Plurianual de Investimentos, resta-nos referir os investimentos a realizar na Modernização de Serviços com cerca de 350.000 euros e as Funções Económicas que absorvem cerca de 400.000 euros. As Opções do Plano e Orçamento para 2014 que aqui hoje discutimos é o primeiro documento estratégico do mandato 2013-2017 e é, à partida, como atrás foi referido fortemente condicionado pela difícil conjuntura das finanças públicas e pelo desvario despesista e comprometedor do futuro, como já o disse o Senhor Presidente, e da responsabilidade do executivo municipal que nos antecedeu. A fatura que nos deixaram é uma factura pesada que os amarenses terão de pagar. Como? Iremos fazer todos os esforços para minimizar os efeitos perniciosos da política do executivo anterior. Com rigor, com competência e sobretudo com bom senso político. Seremos, podem confiar, gente de boas contas.”

----- **AMÂNDIO JORGE DA CUNHA ANTUNES (CDU):**- Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “1. Na apreciação que fazemos desta proposta de Grandes Opções e Orçamento, a CDU tem em conta, em primeiro lugar, os fortes constrangimentos financeiros impostos ao Poder Local (municípios e freguesias) por um Governo e uma política que afrontam igualmente o povo, os trabalhadores, os reformados, os jovens, a população em geral, e põem em causa o desenvolvimento local e nacional. 2. Temos igualmente em consideração que o atual Executivo é da responsabilidade de uma força política - o PS -, que nos mandatos anteriores foi oposição; há, portanto, uma mudança e uma descontinuidade, face aos anteriores mandatos, que justificam uma certa expectativa sobre o que acontecerá durante este mandato. 3. Constatamos que o cerne das políticas municipais assenta na ação social, na educação e na saúde, prioridades estas que o programa municipal da candidatura da CDU também celebrou como eixo primordial das suas preocupações. A saber: Dar prioridade à ação social; Dinamizar a cultura e o desporto; Apoiar a educação; Proteger, valorizar e divulgar o mais variado património; Promover a reabilitação urbana e ambiental; Defender as freguesias; Contribuir para uma gestão camarária democrática e transparente; Colaborar com as forças de segurança. Neste sentido, o supracitado fulcro das políticas municipais merece a nossa concordância. 4. Nesta conformidade, assumimos aqui uma posição e um voto favorável que traduzem o benefício da dúvida perante as Opções e Orçamento inaugurais deste Executivo. A CDU irá acompanhar a sua execução, esperando que esta seja coerente com o que assim foi afirmado.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**- Esclareceu que o Vila Verde e Terras de Bouro também devem dinheiro à Escola Amar Terra Verde e que o Município deixara de pagar,

porque os outros Municípios também não pagavam. Porém, este ano têm que pagar a dívida. Recorda que o privado tem maioria do Capital Social, mas não deixarão de ter uma voz ativa na defesa dos interesses do Concelho. Concorde totalmente com a posição das intervenções do CDS-PP, PSD e CDU, pois considera legítimos os benefícios de dívida proferidos. Em relação à intervenção de João Esteves, ficava preocupado com o discurso muito bem encomendado, que fez notar a irreverência de juventude. É um orçamento começado há dois meses e não podem esquecer que a elaboração de um orçamento é sempre muito complicada, pois assenta em pilares que vêm de traz. Não chega dizer que não é criativo e que não tem inovação. Assenta sobretudo no rigor, na transparência e na eficácia. Será sempre essa a sua postura de vida. Não vem aqui vender ilusões e essa é a certeza que lhe deixa e ao seu Grupo Municipal (AP). É o Orçamento Municipal possível dentro do quadro aqui referido. Será essa a postura deste Executivo e, concerteza, querem mais e melhor para o Concelho e “garanto que o senhor não quer mais do que eu. Que acredito que quer mais para o Concelho.” Espera que deem sugestões. Recordou que reuniu com o Grupo Municipal do Movimento Independente Amares Primeiro, pediu sugestões e opiniões, reuniu com os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP. Reuniu antes de fazer o esboço do Orçamento, a fim de colher sugestões. Estará sempre disponível. Parece-lhe que o tom pessimista da intervenção sobre um Orçamento feito há dois meses, embora lhe mereça muito respeito e consideração, não lhe parece que tenha sido muito cordial. Endereçou a todos os presentes a continuidade de boas festas e um ano novo cheio de muita felicidade e muito sucesso. -----

----- **VOTAÇÃO DO PONTO UM:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA DOS VOTANTES, COM ONZE ABSTENÇÕES, APROVAR O ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL (ANEXO) E O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – ANO DE 2014 (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 25/11/2013).** Pediram escusa de discussão e votação deste ponto os presidentes de Juntas de Freguesia: de Fiscal – **Augusto Fernandes Rodrigues Macedo** e da União de Freguesias de Amares e Figueiredo – **Alberto Martinho Antunes**, que declararam estar legalmente impedidos. -----

**PONTO DOIS:- ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.** Foi presente uma informação subscrita pelo Comandante Municipal Operacional, Jorge Pereira da Silva, que se transcreve: “De acordo com a alínea b), do n.º 1, do artº 3.º-D, do decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, compete à Assembleia Municipal designar um presidente de Junta de Freguesia, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Face ao exposto, proponho que este assunto integre a ordem de trabalhos da próxima reunião da Assembleia Municipal.” -----

----- Foram entregues à Mesa da Assembleia Municipal e apresentadas ao Plenário as listas a sufrágio seguintes: -----

----- **Pelo Partido Socialista:- Lista A** – Presidente da Junta de Freguesia de Bouro (Stª Maria), **Elisabete Barbosa da Cunha**. -----



----- Pelo Grupo Municipal do PSD:- Lista B – Presidente da Junta de Freguesia de Bouro (Stª Marta), **Carlos Manuel Pereira Portela**. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO DOIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR NA LISTA B E CATORZE VOTOS NA LISTA A, ELEGER O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOURO (STª MARTA), CARLOS MANUEL PEREIRA PORTELA, PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.** -----

**PONTO TRÊS:- ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL.** Foi presente uma informação subscrita pelo Comandante Municipal Operacional, Jorge Pereira da Silva, que se transcreve: “De acordo com a alínea h), do artº 41.º, da Lei n.º 27/2006, de 3 de junho, poderão integrar as Comissões Municipais de Proteção civil outras entidades e serviços, implantados no Município, cuja actividade e áreas funcionais, possam de acordo com os riscos existentes e as características da região, contribuir para as ações de proteção civil. Considerando a importância do poder local, proponho que a Assembleia Municipal designe um representante das Juntas de Freguesia, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.” -----

----- Foram entregues à Mesa da Assembleia Municipal e apresentadas ao Plenário as listas a sufrágio seguintes: -----

----- Pelo Partido Socialista:- Lista A – Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas, **António Araújo Paredes**. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD:- Lista B – Presidente da Junta da União de Freguesias de Amares e Figueiredo, **Alberto Martinho Antunes**. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR NA LISTA B E DOZE VOTOS NA LISTA A, ELEGER O PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO, ALBERTO MARTINHO ANTUNES, PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL.** -----

**PONTO QUATRO:- PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I) PARA O CONCELHO DE AMARES – ANO DE 2013 (DELIBERAÇÃO DA C.M. de 11/11/2013);** -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO (AP):-** Relativamente a este Ponto da Ordem do dia, o Movimento Independente Amares Primeiro irá votar a favor, no entanto, faz um reparo que considera importante. Uma vez que a taxa de imposto municipal varia entre 0,2% e 0,5% a Câmara Municipal decidiu fixar em 0,3%, pensam que tenha a ver com o Orçamento Geral do Estado. Nesta linha vão aprovar este ponto, no entanto, porque sempre defenderam a aplicação da taxa mínima de 0,2% e que era a que existia anteriormente, farão proposta nesse sentido. ----

**VOTAÇÃO DO PONTO QUATRO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, A FIXAÇÃO DA TAXA DE 0,5% PARA OS PRÉDIOS PREVISTOS NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTº 112.º DO CÓDIGO DO IMI E MANTER FIXADA**

**NO VALOR MÍNIMO (0,3%) A TAXA PREVISTA NA ALÍNEA C) DO MESMO ARTIGO, PARA VIGORAR NO ANO DE 2013, RELATIVA AOS PRÉDIOS URBANOS (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 11/11/2013).” -----**

**PONTO CINCO:- ELEIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO (cfr. al. b), do n.º 1, e n.ºs 2 e 3 do artº 83.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). --**

----- Foram entregues à Mesa da Assembleia Municipal e apresentadas ao Plenário as listas a sufrágio seguintes: -----

----- **Pelo Partido Socialista:- Lista A** – Francisco António Pereira Alves, Valéria da Silva, Mário Mendes e João Luís Pereira Teixeira. **Suplente:** João Batista Veloso; -----

----- **Pelo Grupo Municipal do PSD:- Lista B** – António Jorge Ferreira Pinto, Martinho Gonçalves Antunes Braga, Vitor Patrício Rodrigues Ribeiro e Amândio Jorge da Cunha Antunes. **Suplente:** Manuel Moreira Bastos. -----

----- **JOÃO LUÍS VELOSO ALVES ESTEVES (AP):-** Transcreve-se o teor do documento que serviu de base à sua intervenção: “Relativamente ao ponto 5 da Ordem do Dia, mais precisamente à eleição dos membros representantes da Assembleia Municipal de Amares na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado, o Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro quer aqui esclarecer que tomou esta decisão de apresentar uma lista conjunto com o PSD, CDS e CDU, pois entende que o Município de Amares sai mais beneficiado com a apresentação de uma lista em conjunto, dispondo de uma melhor representação de todos os membros da Assembleia Municipal e também porque é já apanágio desta Assembleia que esta eleição assim seja feita. Por outro lado, aproveitamos também este momento para esclarecer que o Partido Socialista só não está representado nesta lista em conjunto, não por vontade dos grupos Municipais nela presentes, mas porque assim não o entendeu, mostrando de forma perentória que não estaria aberto, quanto a este ponto, em apresentar uma lista em conjunto com os outros grupos municipais. Isto ao arripio daquilo que sempre tem acontecido relativamente a esta eleição na medida em que sempre houve acordo quanto à indicação dos representantes de cada partido, sempre se apresentou uma lista em conjunto.” -----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Referiu que nesta eleição o colégio eleitoral é composto só pelos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES (PS):-** Relativamente à posição tomada pelo Partido Socialista, esclareceu que não foi uma posição que não fosse aquele que decorre da eleição direta do voto popular para a representação na CIM-Cávado. Acontece que em relação à tradição que, evidentemente, respeitam a par do respeito que tiveram no passado com a eleição do Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o povo tinha votado mais num elemento. Era esse que tinha direito e respeitaram isso. Nesse ponto não foram respeitados. De qualquer forma, acham que estão a agir de acordo com a lei e, sobretudo, com a vontade do Povo. -----

VOTAÇÃO DO PONTO CINCO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM DOZE VOTOS A FAVOR NA LISTA B E OITO VOTOS NA LISTA A, ELEGER OS MEMBROS REPRESENTANTES EFETIVOS COM A SEGUINTE ATRIBUIÇÃO DOS MANDATOS SEGUNDO O SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL E O MÉTODO DA MÉDIA MAIS ALTA DE *HONDT*: **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO** (DO GRUPO MUNICIPAL MOVIMENTO AMARES PRIMEIRO), **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES** (DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA), **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA** (DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA), **VALÉRIA DA SILVA** (DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA) E COMO SUPLENTE: **VITOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO** (DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP). -----

PONTO SEIS:- PROPOSTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (ARTº 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA “DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (DELIBERAÇÃO DA C.M. de 25/11/2013):-

----- Não se registaram quaisquer intervenções. -----

VOTAÇÃO DO PONTO SEIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (ARTº 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA “DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (DELIBERAÇÃO DA C.M. DE 25/11/2013). -----

PONTO SETE - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANAFRE; -----

----- Foram entregues à Mesa da Assembleia Municipal e apresentadas ao Plenário as listas a sufrágio seguintes: -----

----- Pelo Partido Socialista:- Lista A – Presidente da União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros, **Paulo Jorge de Almeida Gomes**. -----

----- Pelo Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro - Lista B – Presidente da Junta da de Freguesia de Fiscal, **Augusto Fernandes Rodrigues Macedo**. -----

VOTAÇÃO DO PONTO SETE:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM VINTE VOTOS A FAVOR NA LISTA B E DEZASSEIS VOTOS NA LISTA A, ELEGER O PRESIDENTE DA JUNTA DE FISCAL, **AUGUSTO FERNANDES RODRIGUES MACEDO**, PARA REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANAFRE. -----

PONTO OITO – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE AMARES PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO CÁVADO II – GERÊS/CABREIRA (al. b), do n.º 1, do artº 31.º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, na redação dada pelo D.L. n.º 253/2012, de 27 de novembro); -----

----- Foram entregues à Mesa da Assembleia Municipal e apresentadas ao Plenário as listas a sufrágio seguintes: -----

----- Pelo Partido Socialista:- Lista A – O membro **Sofia Raquel Fernandes de Sousa**. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD:- Lista B – O membro **Vitor Patricio Rodrigues Ribeiro**. -  
VOTAÇÃO DO PONTO OITO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM VINTE E UM VOTOS A FAVOR NA LISTA B E QUINZE VOTOS NA LISTA A, ELEGER O MEMBRO **VITOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO**, PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO CÁVADO II – GERÊS/CABREIRA (AL. B), DO N.º 1, DO ARTº 31.º, DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO DADA PELO D.L. Nº 253/2012, DE 27 DE NOVEMBRO).” -----

PONTO NOVE:- INDICAÇÃO DAS PESSOAS PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE AMARES (AL.. L), DO N.º 2.º, DA PORTARIA N.º 1226-CP/2000, DE 30 DE DEZEMBRO, CONJUGADO COM A AL. L), DO ART.º 17.º, DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO, APROVADA PELA DA LEI N.º 147/99, DE 1 DE SETEMBRO); -----

Deram entrada na Mesa da Assembleia as seguintes propostas: Pelo Grupo Municipal do PS: **Carla Susana Araújo Gomes Rodrigues**; pelo Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro: **Sofia Amélia Araújo Pinto** e pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata: **Bernardino Augusto Matos Antunes** e Pelo Grupo Municipal do CDS/PP - **Adelino Ribeiro Carvalho**. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NOVE:- FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, A INDICAÇÃO DOS SEGUINTE CIDADÃOS ELEITORES: **CARLA SUSANA ARAÚJO GOMES RODRIGUES**, PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS; **SOFIA AMÉLIA ARAÚJO PINTO**, PELO GRUPO MUNICIPAL MOVIMENTO AMARES PRIMEIRO; **BERNARDINO AUGUSTO MATOS ANTUNES**, PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD; **ADELINO RIBEIRO CARVALHO**, PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP.” -----

PONTO DEZ:- ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL CINEGÉTICO DE CONSERVAÇÃO E DA FAUNA MUNICIPAL; -----

----- Foram entregues à Mesa da Assembleia Municipal e apresentadas ao Plenário as listas a sufrágio seguintes: -----

----- Pelo Partido Socialista:- Lista A – Presidente da Junta de Freguesia de Bouro (Stª Maria), **Elisabete Barbosa da Cunha**. -----

----- Pelo Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro - Lista B – Presidente da Junta da União de Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas, **Rui Manuel Maia Tomada**. -----

VOTAÇÃO DO PONTO DEZ:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR NA LISTA B E TREZE VOTOS NA LISTA A, ELEGER O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIA DE VILELA, SERAMIL E PAREDES SECAS, **RUI MANUEL MAIA TOMADA**, PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL CINEGÉTICO DE CONSERVAÇÃO E DA FAUNA MUNICIPAL.” -----

PONTO ONZE:- CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES.** -----

Foram entregues à Mesa da Assembleia as seguintes propostas: Grupo Municipal do Partido Socialista: **João Carlos Taveira Ribeiro**; Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro: **João Luís Veloso Alves Esteves**; Grupo Municipal do Partido Social Democrata: **Elisabete Maria Martins de Macedo**; Grupo Municipal do CDS/PP: **Vitor Patrício Rodrigues Ribeiro**. O Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária não formalizou qualquer pretensão de participação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO ONZE:- A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COM OS MEMBROS ACABADOS DE INDICAR.** -----

**PONTO DOZE – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE AMARES E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (Deliberação da C. M. de 23-12-2013);**-----

----- Não se registaram quaisquer intervenções. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO DOZE:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE AMARES E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (DELIBERAÇÃO DA C. M. DE 23-12-2013).”** -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

----- Seguidamente, pelo excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi proposto que a ata da presente reunião fosse aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. A Assembleia deliberou, por unanimidade, a sua aprovação.-----

----- **E não havendo mais nada a tratar, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a presente reunião (única), da quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Amares, da qual se lavrou a presente Ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, que dirigiu os trabalhos, e por mim, **Rui Agostinho Gonçalves Veloso**, Técnico Superior do mapa de pessoal único deste Município, para tal efeito designado, que a redigi e dou fé de que tudo se passou como nela fica exarado.**-----

\_\_\_\_\_  
Presidente da Assembleia Municipal  
(João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros)

\_\_\_\_\_  
O Técnico Superior  
(Rui Agostinho Gonçalves Veloso)